



A cria da casa e o direito à infância em “O Caso da Vara”, de Machado de Assis

The household child and the right to a childhood in “O Caso da Vara”, from Machado de Assis

Dossiê

Ismael Cunha Freitas*

ORCID: 0000-0002-7834-5688

E-mail: ismaelfrts96@gmail.com

Recebido: 14/09/21

Aprovado: 10/11/21

Resumo

O presente trabalho estuda a figura da cria da casa no conto “O caso da Vara”, de Machado de Assis. A proposta questiona o que a posição da cria da casa nesta narrativa revela sobre os corpos que, no Brasil, são afastados do direito à infância. A hipótese que intento investigar é a de que, no final do séc. XIX, a representação da cria da casa revela um espaço de formação e de reprodução de técnicas literárias que se rearranjam a partir da perspectiva branco-ocidental. Em outras palavras, relaciono essa figura à caracterização e à configuração dos quadros familiares sempre subsumidos ao olhar europeu sobre a organização das famílias de escravizados – vide *Na senzala, uma flor*, de Robert Slenes. Para tanto, será necessário analisar o conto na chave da configuração do trabalho reprodutivo no Brasil, a fim de compor a relação de reprodução da mão de obra desde o fim da escravidão na periferia do capitalismo, sobretudo no que se refere ao entrecruzamento entre raça, classe e gênero no país.

Palavras-chave

Cria da casa. Infância. Trabalho reprodutivo.

Abstract

The present work discusses the presence of the household child, known as “cria da casa”, in Machado de Assis’ short story “O Caso da Vara”. In the narrative, I examine what point the literary household children reveal about those bodies that are excluded from the right to a childhood in Brazil. I intend to investigate the hypothesis that, in the late nineteenth century, the representation of household children in Brazilian literature discloses a space for the formation and reproduction of literary techniques that rearrange themselves from a white-western perspective. In other words, I try to relate this figure to the characterization and configuration of family frameworks that are always subsumed under the European perspective on the organization of families of the enslaved, according to Robert Slenes’ *Na senzala, uma flor*. Therefore, it is necessary to analyze the works under the configuration of reproductive work in Brazil to compose the relation of reproduction of the workforce in the end of slavery in the periphery of capitalism, especially in what it refers to the crossover between race, class, and gender in the country.

* Mestrando em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Keywords

Household child. Childhood. Reproductive labor.

Por que a figura da cria da casa tem ampla incidência na literatura brasileira? A resposta mais breve e imediata que aparece é a de que essa figuração diz respeito à anomia social da formação dos quadros familiares brasileiros desde a escravidão. A hipótese aventada implica que a cria da casa é consequência da miscigenação brasileira com herança na sistemática exploração dos corpos das mulheres negras e indígenas pela elite senhorial desde o período da colonização. A aparição na dimensão da literatura e da elaboração estética, neste caso, se explica a partir do reflexo dos fenômenos sócio-históricos na produção literária, como uma mimese direta da cena cultural. Em outras palavras, a cria da casa deve ser compreendida, portanto, a partir da imitação imediata da realidade no âmbito da literatura.

No entanto, o presente trabalho intenta investigar a posição dessa figura no conto “O Caso da Vara”, de Machado de Assis, seguindo a hipótese de que a representação da cria da casa reorganiza o olhar branco-ocidental sobre a formação familiar na medida em que reproduz as técnicas literárias próprias a essa perspectiva.¹ Assim, a cria da casa já não é mais apenas personagem fruto da má-formação social brasileira. Ela é também espaço de repetição de um olhar que reafirma as linhas de força da exploração e do extermínio dos corpos das mulheres negras, negando-lhes, por consequência, também o direito à infância devido ao trabalho compulsório.

Desta forma, a questão que efetivamente engatilha a proposta deste artigo pode ser formulada deste modo: o que a ocorrência da cria da casa diz sobre as técnicas literárias dispostas na formação da literatura brasileira? Para respondê-la, será necessário pensar a mediação da narrativa analisada em relação ao processo histórico do final do século XIX, seguindo, sobretudo, a noção do trabalho reprodutivo no Brasil. Com isso, enquanto objetivo deste trabalho, tentarei elucidar como a fatura estética do conto elabora em suas contradições o destino da cria da casa no âmbito da literatura brasileira.

Em primeiro lugar, farei a apresentação do conto “O Caso da Vara”, analisando, sobretudo, de que forma a composição literária da narrativa engendra espaços de interrupção em que, ao mesmo tempo, são encenados a violência senhorial que sobe à tona e a possibilidade de mudança de perspectiva que também representa um espaço de gozo esquivo à lógica senhorial. Em segundo, tento mobilizar a mediação histórica que fundamenta a interpretação do conto. Nesse caso, a proposição reside na caracterização deste movimento histórico a partir da necessidade, com a variação do capital, de produção de mão de obra interna. Em outros termos, a chave de leitura se dá na mudança das especificidades estruturais da devastação dos corpos ineficazes para a reprodução da mão de obra que figura como gérmen na representação da cria da casa no objeto de estudo em questão.

1. O método de análise e pesquisa parte da proposição de Walter Benjamin (2012, p. 131, grifos do autor), em “Autor como produtor” (2012): “Antes, pois, de perguntar qual a posição de uma obra literária em relação às relações de produção da época, gostaria de perguntar: qual é a sua posição dentro dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente à função exercida pela obra no interior das relações de produção literárias de uma época. Em outras palavras, ela visa de modo imediato à técnica literária das obras.”

1 O ocaso da cria da casa

No dia 1º de fevereiro de 1891, domingo, vem a público, nas “primeiríssimas” páginas da *Gazeta de Notícias* (RJ), o conto “O Caso da Vara”. Anos depois, em 1899, o autor publica o texto junto à coleção *Páginas recolhidas* (ASSIS, 1997), cujo prefácio oferece a justificativa: a reunião dessas páginas talvez “ainda agora possa interessar”. De modo geral, seguirei a sugestão que é inferida nessas palavras: a de que a locução adverbial “ainda agora” se refere à moldura histórica dos primeiros anos da república, o que poderia suscitar estranhamento em relação à encenação da escravidão no primeiro plano da cena burguesa. Porém, esse não parece ser o caso. Ocasionalmente, a primeira versão do conto é antecedida por comentários acerca do tratado “anglo-alemão”, de uma crítica ao monumento a José Bonifácio no jardim do Largo de S. Francisco de Paula, e, entre outros, da revolta no Porto. A vida na república, então, descortina-se na sua efervescência para o leitor que folheia essas páginas na *Gazeta*. No entanto, a narrativa de Machado de Assis parece impor o questionamento acerca da continuidade das linhas de fundo da escravidão ainda nesse período. Para o leitor dominical, lá estava o desdobramento de um castigo arbitrário à menina Lucrecia.

Para dar início à investigação da posição da cria da casa e do problema da infância no conto, é preciso, antes, dar atenção ao desenvolvimento e à dinâmica própria da composição da narrativa. Para tanto, conforme for necessário, farei a comparação entre as diferenças substanciais das duas versões.

“Damião fugiu do seminário às onze horas da manhã de uma sexta-feira de agosto” (ASSIS, 1997, p. 3). Assim emoldura-se o conto. Na sentença imediatamente seguinte o narrador se marca afirmando a inexactidão da lembrança, apenas refere que o ocorrido passou antes de 1850. Minutos depois à fuga, acompanhamos o desenvolvimento da inquietação de Damião. Em indireto livre, o narrador apresenta a preocupação do personagem quanto ao castigo do pai e à necessidade de encontrar auxílio e refúgio. O nome do padrinho, João Carneiro, vem à mente e, na versão da *Gazeta*, abre-se um momento de rememoração da conversa deste com o padre responsável pelo seminário na ausência do reitor. Esse trecho é inteiramente omitido do conto publicado em 1899. Consequentemente, o leitor do livro acaba desconhecendo a descrição de Damião como um “captivo do mundo e dos seus regalos, avesso à vida eclesiástica, virtualmente profano, e sem docilidade nem resignação” (ASSIS, 1891, p. 1). É elidido, então, a dimensão do desejo sexual que se desdobra na imaginação do rapaz sobre a passagem bíblica da rainha do Sabá e que engatilha o motivo da fuga de Damião. Em síntese, a abertura, na edição do periódico, apresenta a ação do conflito, a fuga de Damião e o receio do castigo paterno, enquanto interrompe a cena, distendendo a percepção temporal. O narrador volta ao episódio da negociação dos estudos eclesiásticos para, enfim, fazer o retrato do seminarista. O nosso protagonista é naturalmente “mau”, segundo a lógica apresentada, e a chave já está dada. Por isso, o bate-papo mezinheiro de João Carneiro e Padre B sobre as virtudes de um Vieira e de um pagão como Cicero é posto de lado em *Páginas Recolhidas*, deixando o leitor sem o motivo da desistência de Damião.

Figura 1. Excerto de “O Caso da Vara”, *Gazeta de Notícias* (RJ), 1891.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 1891.

Deste ponto, ambas as versões convergem: o nosso herói lembra-se de que o seu padrinho possui certas relações com Sinhá Rita, das quais o rapaz infere algumas ideias vagas. Já é o bastante para que Damião saiba que o campo é frutífero para se tirar vantagem, o que dá pistas sobre a atuação da personagem movida pelo interesse mesquinho de sua fuga. De toda forma, do momento inicial movemo-nos ao Largo do Capim, onde, por susto, Sinhá Rita recebe o nosso protagonista. Na sala, a amante do padrinho está cercada de suas crias, “de casa, e de fora” (ASSIS, 1997, p. 4), a quem passa a instrução da renda, do bordado, dos crivos etc. Damião se apressa a contar sua história à senhora, de quem, todavia, não encontra nenhuma recepção. Muito pelo contrário, Sinhá Rita se mostra enfática na recusa de auxílio e sugere que o menino recorra ao padrinho. Neste momento, Damião acerta a conta, aludindo à impossibilidade de que João Carneiro venha atender a qualquer um. A afirmação fere o ego da amante que, agora, resolve ajudá-lo, intermediando o contato com o padrinho. Manda chamar um moleque que vá atrás dele.

O momento da espera apresenta, mesmo que momentaneamente, a possibilidade de resolução. Sendo assim, a suspensão transforma-se em distensão e do alívio da tensão surge o riso. Enquanto aguardam João Carneiro, há entre Sinhá Rita e Damião uma troca de anedotas, que faz rir a uma das crias escravizadas presente no ambiente. Antes de dar atenção ao fato, importa ressaltar que, em termos estruturais, esse é um momento de rebaixamento do conflito inicial. A cena é de afrouxamento ou até mesmo de quebra de ritmo em relação à angústia de Damião. No

entanto, a risada da menina de onze anos, “uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda” (ASSIS, 1997, p. 6), descortina a ameaça da senhora, que apresenta e nomeia a nossa personagem: trata-se de Lucrecia. A advertência à vara refere-se ao atraso do trabalho no final do dia. Damião se apieda da menina que, ao que parece, é culpada por tê-la levado ao chiste. Decide e promete a si mesmo (frouxamente, como veremos) que, caso a menina atrase a tarefa, irá apadrinhá-la.

Entra em cena João Carneiro e voltamos à tensão de Damião. O padrinho quer castigá-lo, Sinhá Rita desfaz qualquer intenção do tipo. Confronta-o, demanda uma intervenção junto ao compadre para dissuadi-lo da vida teológica do afilhado. Aumenta o registro do conflito. João Carneiro se encontra em um cabo de guerra, deve acudir às demandas da amante ou do compadre. Imagina resoluções mágicas: a morte instantânea do afilhado, a dissolução da igreja. Como resultado, cede e encaminha-se para a casa do pai de Damião. Novamente, dilui-se no ar a tensão com a possibilidade de que a fuga do seminário se conclua. Daqui, nos encaminhamos para o jantar de Sinhá Rita e Damião.

Nesse meio tempo, a viúva recebe amigas, moças, convida Damião a repetir a anedota de mais cedo. Lucrecia, que antes tossia para dentro para não atrapalhar a conversa dos senhores brancos, agora, num relance de olhar de Damião, ri para dentro como quem tosse. A tarde passa entre essas folgas, anedotas e modinhas. Ou seja, mais um momento de afrouxamento da tensão. Finda a noite. O seminarista recomeça os anseios: pensa que o desfecho da história será negativo, planeja fugir, Rita desconversa.

Chega a carta de João Carneiro. As notícias não são boas. O pai do rapaz se enfureceu, quis quebrar tudo. O compadre sugeriu uma noite de ponderações e as palavras à amante sugerem a inconclusão do acordo. Damião se desespera, mas a viúva o socorre, reencaminhando um bilhete ao padrinho: “Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos” (ASSIS, 1997, p. 9). Diante dessas palavras, o leitor pode ficar tranquilo: ao que parece, o conflito está solucionado. No entanto, a ironia da estrutura narrativa do conto não deixa barato.

O leitor deve lembrar que Sinhá Rita instruiu as crias ao trabalho da renda e que à nossa Lucrecia ficou a dívida da finalização do trabalho do dia – ainda que a linha da composição deixe em relevo a fuga de Damião em detrimento do drama próprio de Lucrecia. O leitor atento, porém, deve notar que a menina atrasou o trabalho devido ao tempo investido na escuta dos chistes e na folga da produção. A sua senhora se enfurece, agarra-a pela orelha, e pede a vara a Damião. Entre tosse e choro, Lucrecia implora auxílio ao seminarista. Tendo prometido o apadrinhamento da menina, ele hesita. No entanto, o destino da cria da casa é inevitável: Damião alcança a vara à Sinhá Rita.

Como referi na abertura, no palco, o cenário é burguês, doméstico, mas “contaminado”² pela presença do trabalho escravo. A ação se desenrola em torno do dia de fuga de Damião. Porém, como tentei demonstrar, importa pôr em relevo as linhas de fundo que estruturam a narrativa.

Assim, destaco como na superfície se desdobra a tensão e o drama de Damião em relação à fuga do seminário. Intermitente, através dos momentos de anedotas e modinhas, o registro do

2. É interessante tensionar a noção de “contaminação” com a análise de Jurandir Freire Costa (1797, p. 125) acerca das políticas higiênicas implementadas ao longo do século XIX no Brasil: “Desde a extinção do tráfico negreiro os escravos tornaram-se mais caros e mais difíceis de obter. A família adaptava-se mal a esta situação. Habituada, desde muito, a depender do trabalho servil, mostrava sua inépcia em acompanhar a evolução social. A higiene, apontando o escravo como um mal, reforçava a ordem econômica, ensinando a família a prescindir dele. Transformando a necessidade em virtude, os médicos tornavam o inevitável, desejado”. Na década de 1850, as ideologias sanitárias ainda apresentavam certa ambiguidade quanto ao local do escravizado no seio familiar branco, o que mantém a higiene e os modos burgueses em um limiar semimoderno, semipatriarcal.

conflito se afrouxa e o leitor fica aliviado, por um instante, do anseio do protagonista. No entanto, são nessas interrupções que a presença de Lucrecia ganha destaque, a partir da qual se revela a violência da escravidão em meados do séc. XIX. Em resumo, a tessitura é a seguinte: construção da tensão, relaxamento, aumento e crispação do conflito, volta ao rebaixamento. Trata-se, portanto, de um movimento composicional vertiginoso, em que nem a interrupção fica livre de suas consequências. A ironia é desalentadora.

Nesse sentido, Gomes (2017) analisa a forma do conto pela oscilação entre a chave da farsa e da tragédia.³ Os interesses mesquinhos de compadrio que mobilizam, de modo geral, a narrativa são também o que compõe o plano de fundo de onde se desenrola a dimensão farsesca, até mesmo risível, e que, por outro lado, engendra o andamento da tragédia, nesse caso, a tragédia de Lucrecia. Como se pode ver, segundo o pesquisador, “O Caso da Vara” se configura a partir da exploração do caráter trágico para sustentar, retroativamente, o plano da farsa. A chave, com o perdão da repetição, é irônica: a interrupção determina de antemão o julgamento de Lucrecia, pois o seu drama é, duplamente encoberto e aproveitado pelos senhores. No fim, por conveniência e interesse, Damião sela a tragédia de Lucrecia ao decidir-se apoiar a vara à senhora. Aproveitando o argumento de Gomes, quero investir na interpretação da duplicidade das linhas composicionais do conto para discutir a posição da cria da casa.

Antônio Sanseverino (2017) investiga alguns contos de Machado em cujo núcleo se estrutura a posição da mulher branca da elite burguesa no Rio de Janeiro do século XIX. Sua análise se centra, sobretudo, em “D. Paula”, “D. Benedita” e “As academias de Sião”. Para o autor, nesses casos, existe na composição formal das narrativas uma articulação entre a fatura realista e a dimensão alegórica intermediada pela ação do narrador. Conforme o argumento, realismo e alegoria se complementam no horizonte narrativo na medida em que a personagem realista fique congelada, cristalizada numa posição social. Gomes (2017, p. 123), em sua discussão sobre “O Caso da Vara”, também identifica no conto uma impossibilidade de síntese entre a alegoria e o registro realista. A sala de Sinhá Rita pode ser compreendida, em alguma medida, em sentido alegórico como uma representação do Brasil, mas a contradição se afirma na singularidade histórica que, em larga escala, condiciona o destino social das personagens.

Em relação à proposta deste trabalho, é necessário operar uma síntese entre os dois pesquisadores a fim de elucidar algumas lacunas que são imperativas para a análise do objeto em questão. Quanto à irresolução entre alegoria e realismo em “O Caso da Vara”, falta o componente articulador do conjunto: o narrador redimensiona a interrupção por mediação discursiva, cujo lugar, ainda que não demonstrado, deve conferir também uma mediação histórica. Em outras palavras, o narrador, que não lembra precisamente a data do episódio, sobe ao palco, mas se esconde às sombras das cortinas.

Ainda mais uma volta ao parafuso: Lucrecia, a cria da casa, não é uma mulher branca, burguesa, viúva e senhora de meninas escravizadas. A personagem tem, portanto, condicionantes sociais na sua maior parte divergentes em relação às determinações patriarcais impostas a uma

3. Atilio Bergamini (2013) também identifica no conto “Virginius” um aproveitamento de elementos estruturais do drama na elaboração estética de Machado de Assis. Publicado no *Jornal das Famílias* em 1864, “Virginius” é dividido em cinco capítulos, ainda que a sua divisão não siga os espaços delimitados para os folhetins da época. Segundo o pesquisador, Machado, então, distribuiu o seu conto apesar mesmo da demarcação do periódico, o que indicia uma certa reflexão, por parte do autor, acerca das formas disponíveis à época e dos suportes em que eram colocadas à público. Em relação à estrutura do conto e do enredo, os cinco capítulos ainda podem apresentar uma semelhança com a distribuição da tragédia, de acordo com as leis da poética. Nesse caso, é reproduzida, portanto, uma tragédia burguesa na aurora da escravidão. O estudo de Bergamini mostra o bruxo do Cosme Velho como um autor consciente das tarefas que um escritor à época precisava enfrentar para dar conta de narrar a escravidão.

D. Paula, por exemplo. Assim, faz-se necessário mobilizar as relações entre gênero, raça, classe e, obviamente, infância, na dimensão da história privada do Brasil oitocentista para compreender a posição da cria da casa Lucrecia na configuração de “O Caso da Vara”. Afinal, ao mesmo tempo em que a nossa Lucrecia refere à Lucrecia da História do Ocidente, a menina também apresenta, de modo geral, a reprodução de um local cifrado na clivagem histórica do texto no que se refere à cria da casa. Mas a Lucrecia de Machado também consegue, como quero propor, abrir um espaço de dissolução à ordem senhorial, o que lhe confere, salvo engano, grande amplitude histórica. Para um conto publicado na emergência da República, a encenação do Império apresenta a escravidão e o patriarcalismo como infraestrutura das relações privadas, engendrando, sub-repticiamente, o nexos entre a negociação do escravizado por espaços de autonomia e a dependência da classe senhorial pela exploração de sua força de trabalho. Entre o riso de Lucrecia e seus meandros, há mais do que sonha a ideologia de Damião e Sinhá Rita.

2 Infância fluminense: séc. XIX

A leitura de *Machado de Assis: historiador*, de Sidney Chalhoub (2003), dá o parâmetro da mediação histórica que permite apreender a contrapelo, salvo diferenças de gênero entre romance e conto, a figuração da cria da casa em “O Caso da Vara”. Lanço mão, para tanto, da análise do historiador acerca do romance *Helena*, publicado em 1876. No livro, há uma cena exemplar em que Estácio, herdeiro da propriedade e da ideologia senhorial, critica um escravizado porque este, segundo o senhor, estaria se delongando na resolução de seu trabalho por estar folgando na beira da estrada. No entanto, Helena, heroína da história e dependente, oferece uma possibilidade de interpretação que relativiza a compreensão de Estácio. Para a moça, o personagem escravizado está alongando o breve espaço de tempo em que pode administrar, por assim dizer, sua autonomia arrancando-a ao senhor.

O diálogo, recuperado e analisado por Chalhoub, interessa porque sugere um raciocínio acerca da variação dos pontos de vista. A observação de Helena, por consequência, devido ao seu local como dependente, potencializa a compreensão de que, fora o trapézio unilateral da ideologia senhorial, a subordinação não recalca na totalidade formas de interpretações alternativas da realidade. Definitivamente, as chaves alternativas se subsumem no processo do conflito social em jogo.

No entanto, essa leitura diz respeito, sobremaneira, à análise dos romances machadianos em diálogo com a interpretação de Roberto Schwarz (1981, 2012). Nesses objetos, há, conforme Chalhoub, uma centralidade muito própria do enredo no combate entre senhores e dependentes, a partir da qual a lógica de dominação da escravidão se estabelecia como plano de fundo. Para Schwarz, por exemplo, a volubilidade do narrador de *Memórias Póstumas* funciona como redução composicional do processo histórico, como forma tomada em sua objetividade histórica na dinâmica própria da incorporação do capitalismo na sua periferia. O ponto de virada se deve ao fato de que a argumentação do crítico se sustenta na compreensão de que o esteio ideológico do Brasil do século XIX se comprime somente entre senhores e dependentes.⁴ Segundo Chalhoub, porém, o antagonismo dos dependentes serve como moldura para Machado abordar a lógica de

4. Cf. SCHWARZ, 1981. Para uma análise detida sobre as consequências dessa avaliação acerca da escravidão na compreensão da elaboração de Machado de Assis em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ver *O narrador iludido*, de Atilio Bergamini (2006).

dominação hegemônica que estrutura as relações sociais do Brasil oitocentista. Dessa forma, o projeto estético para o romance machadiano abarca um jogo duplo de aparências:

De fato, na segunda metade do século XIX, e mais ainda após a lei de 1871, Estácio, Brás Cubas, Bentinho e todos os demais membros dessa galeria viviam num mundo em que a visibilidade da escravidão permanecia inevitável, mas a ostentação de tal visibilidade seria uma gafe, um pecado, ou quem sabe sobretudo um perigo. *Ao escolher a ambiência senhorial urbana da Corte, Machado de Assis também adotou a aparência que suas personagens procuravam aparentar*; no entanto, qualquer leitor do século XIX saberia observar essa aparência a contrapelo, e o bruxo certamente contava com esse olhar. (CHALHOUB, 2003, p. 57, grifos nossos).

Há, então, uma invenção de um ponto de vista narrativo, necessariamente acoplado à dinâmica da composição formal, que dá as caras e as cartas ao se identificar com e na elite em jogo. A duplicidade histórica e a ambiguidade do processo são sintomas de uma relação mimética com a superfície da vida privada do XIX na medida em que também se abrem como força desagregadora. Em outras palavras, a adoção dessa aparência é o limite à consciência da totalidade do processo que se determina para esses narradores e personagens. Para dialogar com Adorno, o recalque da escravidão se consubstancializa na forma, permitindo que, a contrapelo, a ideologia senhorial impressa como unidade seja diluída na apreensão de outros pontos de vista internos ao conflito social ali configurados.

Retornando à história de Lucrecia, resta saber se essa mesma duplicidade é posta na configuração do conto, já que, nesse caso, temos uma evidente encenação do castigo arbitrário da escravidão no primeiro plano do cenário da República. Tentei demonstrar, inicialmente, como nos momentos de interrupção irrompe a lógica da dominação que, de modo geral, sustenta, como linha de fundo, a dinâmica própria do andamento da narrativa. Trocando em miúdos, o alívio de Damião se nutre do castigo de Lucrecia, ponto alto e de resolução do conto, quando o interesse mais comecinho vence qualquer vontade mais “solidária”. No entanto, o que falta ainda demonstrar é como a sala de Sinhá Rita, longe de ser alegórica, é, na sua confluência entre local de ócio e trabalho, sintoma da reprodução de um espaço muito próprio da configuração do trabalho de raça e gênero no Brasil de meados do século XIX, mesmo após abolição.

As crias que ali se encontram são descritas pelo narrador como “de fora e de casa”. O que parece evidente, então, é que aquele espaço determina uma relação muito própria da dimensão da relação produtiva de base da época: ali se desenvolve o trabalho, que não sendo propriamente reprodutivo, é determinado por um recorte de classe e gênero. Agora, porque é este o ambiente que será caracterizado para exemplificar a escravidão na burguesia do Rio de Janeiro do séc. XIX, resta investigar.

O ponto de partida para essa análise reside, como aludido, no conceito de trabalho reprodutivo. Segundo Silvia Federici (2017), em *Calibã e a Bruxa*, o desenvolvimento do capitalismo dependeu, em dupla via, da implementação de um processo violento de acumulação primitiva, seja nas margens do sistema, seja na matriz através da exploração do trabalho alienado. Este último diz respeito à dimensão da reificação do indivíduo, mas também se refere ao apagamento do trabalho feminino, compreendido como reprodutivo. Conforme Federici, a naturalização deste trabalho pelas mulheres foi consequência de um longo processo de controle e extermínio das formas sociais feudais, que desaguaram, por exemplo, na caça às bruxas, e que teve como objetivo engendrar novas organizações do trabalho. Como efeito, houve uma ruptura do trabalho produtivo, cooptado pelo mercado, com o trabalho reprodutivo, que compreende todas as atividades voltadas ao sustento da vida e da reprodução da força de trabalho. Em síntese, naturalizou-se o trabalho

feminino como um não-trabalho, um bem comum passível à exploração. Para a historiadora, o trabalho reprodutivo é necessário à manutenção do capitalismo, pois, ao mesmo tempo, garante a reprodução da mão de obra, que deve ser explorada pelos detentores dos meios de produção, e também dilui a produção de valor, de onde se extrai o gérmen da acumulação de capital.

Em termos de Brasil, importa mobilizar a análise de Federici para compreender de que forma foram construídos, na margem do capitalismo, os espaços de reprodução da vida material, ou melhor dizendo, de reprodução da mão de obra para ser empregada, em sua grande parte, nas escalas dos engenhos de açúcar e nas plantações de café. Considerando o objeto de estudo em questão, o conto “O Caso da Vara”, vale destacar, então, de que modo a posição da cria da casa afigura, na configuração estética, o local dessa manutenção, seja em relação ao trabalho feminino, seja em relação aos seus entrecruzamentos com a dimensão da raça. Será necessário, para tanto, operar uma mediação histórica a fim de estabelecer os critérios acerca do trabalho reprodutivo no Brasil em relação à exploração de mão de obra escrava. Nesse sentido, vale também lembrar que, para Federici, o trabalho escravo foi talvez o principal meio de acumulação que o capital deteve para se desenvolver.

Em “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira”, Lélia Gonzalez (2018) propõe um estudo acerca da posição da mulher negra que possibilita, conforme seus resultados, a articulação fundamental deste trabalho em relação ao trabalho reprodutivo no Brasil. Numa abordagem histórica, a antropóloga demonstra como se distribuía a classificação de escravos produtivos (sustentação econômica do regime) e não-produtivos (dirigidos para a prestação de serviços) no que tange ao local da mulher negra enquanto escrava. Com isso, Gonzalez propõe duas categorias: a trabalhadora do eito e a mucama,⁵ que, por sua vez, realiza o trabalho reprodutivo na casa-grande, sofrendo também a violência sexual dos senhores brancos:

Enquanto mucama, cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas. E isso sem contar com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente com as mucamas mais atraentes. Desnecessário dizer o quanto eram objeto do ciúme rancoroso da senhora. Após o trabalho pesado na casa-grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos etc., quase mortos de fome e cansaço. (GONZALEZ, 2018, p. 39).

Assim, já se podem notar os indícios do que efetivamente configura o problema que intenciono pôr em relevo, a saber, a dimensão do trabalho reprodutivo em relação ao local da cria da casa. Conforme a exposição de Gonzalez, a situação da mulher negra escravizada sugere uma imbricação muito própria das relações entre gênero e raça na sociedade brasileira, em que ficam cifradas as linhas composicionais, por assim dizer, do machismo e do racismo no país. Logo, não é fortuito que as categorias levantadas continuem, mesmo após a abolição, regendo a posição da mulher negra no Brasil.

5. Sofia Reck dos Santos mobiliza uma análise do conto “História Comum”, de Machado de Assis, mostrando como enredo e estrutura narrativa revelam um testemunho acerca da condição de vida das mucamas no séc. XIX. A leitura da pesquisadora evidencia uma série de imbricações nas relações entre escravizadas e senhoras, que se estendem desde a manutenção da vida material à dimensão de solidariedade, muitas vezes precária, que possa haver entre os dois agentes sociais. Cf. RECK, no prelo. *Raça, classe e gênero como resistência e solidariedade em experiências femininas distintas: proposta de leitura do conto machadiano “História comum”* (SANTOS, 2021).

Para a autora, o racismo e o sexismo se objetivam ideologicamente nas estruturas das relações sociais do capitalismo, o que por efeito engendra a reprodução da divisão sexual e racial do trabalho. Conforme mediação histórica da articulação do capitalismo em sua periferia, portanto, fica evidente como os processos de acumulação coadunam, num projeto de continuidade, momentos históricos diferentes, em que se encontra a coexistência de setores qualitativamente diferentes da acumulação de capital — em outras palavras, coexistem sistematicamente elementos modernos e arcaicos.⁶ Esse desenvolvimento “desigual e dependente” (GONZALEZ, 2018, p. 42) tem por consequência a criação de um exército industrial de reserva, mas também de uma “massa marginal crescente” (GONZALEZ, 2018, p. 42). Conforme demonstra Gonzalez, devido à divisão sexual e racial do trabalho, fica evidente a junção entre raça, classe e gênero na discriminação sofrida pela mulher negra.

Excluída, portanto, da participação no processo de desenvolvimento desigual, mas combinado, a mulher negra fica relegada à condição de massa marginal crescente, presa à esfera de prestação de serviços domésticos, de onde compreendemos, então, o local do trabalho reprodutivo e, conseqüentemente, do papel da dupla jornada no Brasil. No fim, Lélia Gonzalez demonstra como essa configuração auxilia no reforço da internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” pela mulher negra.

Para os fins deste trabalho, vale ressaltar que o panorama histórico de Gonzalez vai muito além do período do pós-abolição, incluindo, sobremaneira, os movimentos de internalização do mercado de trabalho, isto é, da reprodução interna de mão de obra. De toda forma, o feixe de luz projetado retroativamente permite perceber como, segundo a exposição da autora, o machismo e o racismo são parte da infraestrutura da sociedade brasileira, o que determina os espaços cristalizados do projeto de desenvolvimento e, portanto, engendra ideologicamente o local da produção da mão de obra no Brasil.

No entanto, dentro desse panorama, ainda falta encontrar onde está o espaço do trabalho reprodutivo no século XIX e como isso pode se relacionar com a categoria da infância. Como tentei demonstrar, o processo de modernização conservadora colocou a mulher negra neste papel compulsoriamente demarcado. No Brasil oitocentista, porém, pode-se notar uma dimensão virtualmente distinta. Novamente, faço mão da comparação com os outros momentos da história brasileira:

Na sua transatlântica caçada em busca de Força de Trabalho, o capitalismo comercial luso-brasileiro trouxe para as terras de Santa Cruz perto de 4 milhões de africanos, entre 1550 e 1850. Concluída essa longa deportação, vieram ou foram trazidos para o Brasil perto de 5 milhões de europeus, levantinos e asiáticos, entre 1850 e 1950. No bojo desses fluxos de populações, de culturas, de aspirações, ocorre, por volta de 1930, uma mutação fundamental: o mercado de trabalho nacional se territorializa. (ALENCASTRO, 1987, p. 17).

6. Francisco de Oliveira (2013), em *Crítica à Razão Dualista e O ornitorrinco*, também demonstra como o desenvolvimento desigual, mas combinado faz parte do projeto de manutenção de estruturas arcaicas com o objetivo de sustentar a empresa de exportação mesmo com a internalização do mercado industrial. Na periferia do capitalismo, então, a revolução dentro da ordem tem como intuito a reprodução de uma infraestrutura voltada para fora, o que não deixa de, como sugere Lélia Gonzalez, construir necessariamente suas próprias periferias, numa contínua manutenção de um estado de exceção.

Nesse quadro, fica evidente como, até meados da década de 1930, o Brasil apenas importou, forçadamente ou não, a mão de obra a ser empregada no território. Trocando em miúdos, o país até esta época não produziu internamente sua mão de obra, pois o mercado viria a se territorializar somente com o desenvolvimento do capital industrial.

Acerca do problema da reprodução da força de trabalho, Darcy Ribeiro (2015, p. 188), em *O Povo Brasileiro*, argumenta:

A mão de obra engajada na produção, como trabalhadores livres, apenas pode sobreviver e procriar, reproduzindo seus modestos modos de existência. Os trabalhadores conscritos como escravos nem isso alcançavam, porque eram uma simples fonte energética gasta para manter o sistema global e fazê-lo gerar prosperidade para outros.

Diante disso, pode-se compreender que o antropólogo se refere às formas sistemáticas que o Brasil construiu para, de modo global, dizimar os corpos usados para mover a empresa colonial, mantendo o sistema e acumulando capital para fora. A análise de Ribeiro acerca da formação do povo brasileiro deixa entrever como o Brasil, no final, devastou povos, aniquilando os corpos que pouco serviam para a reprodução da força de trabalho – conforme Lélia Gonzalez, mesmo após a década de 1930 este projeto terá um teor de continuidade no que tange o local da mulher negra.

Voltando à situação de Lucrecia, acredito ter feito, em parte, a mediação necessária para o desfecho da análise do conto. A interrupção a nível narrativo permite subir à tona a possibilidade da interrupção do fluxo de trabalho por Lucrecia. Como vimos, essa última suspensão, na medida em que atravessa os limites impostos, deve ser castigada pela outra face de Sinhá Rita – face distinta daquela oferecida a Damião. O riso que humaniza, que retira Lucrecia do cenário do drama do seminarista, é punido, reprimido e controlado. Em outros termos, no corpo de Lucrecia se inscreve o genocídio que constitui o sistema brasileiro. Vale lembrar de que forma é caracterizada a menina, a fim de, com o apagamento do narrador, tentar descobrir alguns indícios desse recalçamento:

A pequena abaixou a cabeça, apurando o golpe, mas o golpe não veio. Era uma advertência: se à noitinha a tarefa não estivesse pronta, Lucrecia receberia o castigo do costume. Damião olhou para a pequena: *era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda*. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste. (ASSIS, 1997, p. 5-6, grifo nosso).

O trecho é revelador, mas me mantereí na descrição da personagem. A menina é descoberta através dos olhos de Damião, em cujo excerto se desenrola a partir do recurso do indireto livre. Na perspectiva do seminarista, o corpo de Lucrecia é, de certa forma, posto em primeiro plano. No entanto, são os elementos que configuram alguma violência que comportam, por assim dizer, a figuração da personagem. Não conhecemos a história de Lucrecia, mas a sua história está expressa na deflagração dessa cicatriz na testa e dessa queimadura da mão esquerda. São essas marcas que dão corpo e história à menina (SANSEVERINO, 2018, p. 171). Nada além disso é referido pelo narrador. Assim, a sua constituição se formula a partir da aniquilação, de novo, de um corpo que, na ancoragem narrativa, antes de 1850, pouco vale para a reprodução da força de trabalho.

Mas Lucrecia, a Lucrecia que se encontra na *Gazeta de Notícias*, é também a personagem que foi dada ao público por Machado já na república. Ou seja, trata-se de uma personagem que, como criança, foi concebida após a Lei Eusébio de Queiroz (1850) e também à Lei do Ventre Livre

(1871), o que, salvo engano, compõe a sua dupla historicidade no que concerne ao pós-abolição. Novamente com Ribeiro (2015, p. 175, grifos nosso):

Depois da primeira lei abolicionista — a Lei do Ventre Livre, que liberta o filho da negra escrava —, nas áreas de maior concentração da escravaria, *os fazendeiros mandavam abandonar, nas estradas e nas vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo coisas suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar*. Nos anos seguintes à Lei do Ventre Livre (1871), fundaram-se nas vilas e cidades do estado de São Paulo dezenas de asilos para acolher essas crianças, atiradas fora pelos fazendeiros. *Após a abolição, à saída dos negros de trabalho que não mais queriam servir aos antigos senhores, seguiu-se a expulsão dos negros velhos e enfermos das fazendas*. Numerosos grupos de negros concentraram-se, então, à entrada das vilas e cidades, nas condições mais precárias. Para escapar a essa liberdade famélica é que começaram a se deixar aliciar para o trabalho sob as condições ditadas pelo latifúndio.

O parágrafo é elucidativo na medida em que permite notar como o destino da criança escravizada, após 1871, se amarra ao destino em geral do negro escravizado após a abolição. Note-se como Ribeiro marca que o processo de produção de marginalização da população negra começa com o afastamento dos trabalhadores que negavam a atividade do “eito”, mas também envolve as pessoas “desvalidas”. De qualquer forma, para o problema deste artigo, vale ressaltar como o panorama dimensiona o local da infância (ou de sua impossibilidade), em referência ao processo de marginalização do negro e, conseqüentemente, do andamento do genocídio no Brasil. Se há qualquer relação lógica na argumentação de Darcy Ribeiro, pode-se compreender que, como hipótese, a construção da massa excedente começa a partir da infância, ou dos espaços construídos para as crianças escravizadas e filhas de escravizadas. Salvo engano, o apelo de Lucrécia, que até pode ser atendido em alguma medida por Damião, revela algo desse processo em jogo já nos anos 1890.

3 Considerações finais

A seguinte aquarela de Jean-Baptiste Debret, que compõe o material de sua *Viagem pitoresca*, já se encontra bem assentada no imaginário dos estudos da escravidão e do século XIX brasileiro. O “sabor” de tal retrato, para o leitor europeu esclarecido, encontra-se no registro do cotidiano do Rio de Janeiro à época, evidenciando a presença do escravo na cena banal. Ao que parece, o interesse de tal público reside na aproximação às notícias da barbárie sem, todavia, identificar-se com os horrores que se apresentavam ali. Define-se, portanto, o gozo ocidental que se revela no adjetivo “pitoresco”, que deve acompanhar, aliás, as letras europeias acerca dos “achados” americanos desde o século XVI. De toda maneira, o que importa é o registro de tal retrato cotidiano:

Figura 2. *Um Jantar brasileiro*, J. B. Debret, aquarela de 1827.



Fonte: BANDEIRA; LAGO, 2013, p. 177.

A composição tem como objetivo retratar a cena do jantar de uma família de proprietários brasileiros. Com o perigo de soar anacrônico, a aquarela não deixa de capturar, e até mesmo “fotografar”, o andamento do cotidiano da burguesia nacional, que com toda a pompa ocidental, deixa escapar os rastros que configuram a totalidade do cenário. Em seus relatos escritos, Debret chega mesmo a comentar os gestos cristalizados da cena, focando, sobretudo, no movimento da senhora ao alimentar a criança escravizada. Para o autor, o gesto se assemelhava aos das damas francesas, que à mesa de jantar, davam de comer os restos aos pequenos cães de estimação. Nesse sentido, o encontro de um mesmo signo gestual dos dois lados da dicotomia da matriz e da colônia abre o descompasso vertiginoso que se concentra no registro de Debret. E, conseqüentemente, fecha-se o círculo do que possa ser a camada de verniz do pitoresco para o leitor europeu: a distância imprimida descompromete a matriz esclarecida da barbárie que acontece pelo Brasil.

Apesar disso e até mesmo por conta disso, vale ressaltar aqui a presença naturalizada dos escravizados como parte da natureza local e da composição do cenário. Em relação à tradição da literatura brasileira, pode-se questionar se esse procedimento não serviu como estabelecimento de dispositivos narrativos disponíveis para composição literária. Como tentei demonstrar, creio que Machado de Assis, em “O Caso da Vara”, de certa forma, parte dessa perspectiva, procurando construir criticamente o ponto de vista das elites proprietárias na fatura estética. Em outras palavras, o procedimento em questão é posto em dúvida devido ao manejo do autor na construção de um narrador em situação, em cuja ideologia fica plasmada as formas alternativas de interpretação da realidade social. O gesto narrativo, portanto, confere o tom ao problema e, salvo engano, ilustra a necessidade de se rearticular elementos narrativos e técnicas literárias acessíveis à época para que pudessem dar conta da tarefa de narrar a escravidão brasileira.

Porém, o objetivo do presente trabalho residiu na investigação da figura da cria da casa, partindo, como sugeri no início, do questionamento acerca do ponto de vista que sustenta o chão histórico dessa categoria social. Nesse sentido, resta questionar se a cria da casa também não deixa de ser um resquício dos dispositivos literários possibilitados pela presença dos relatos dos viajantes europeus.

A inquietação surge da leitura de *Na senzala, uma flor*, de Robert Slenes (2011), em que o historiador dimensiona sua pesquisa precisamente a partir do ponto de vista dos viajantes

européus, que invariavelmente questionaram a possibilidade de uma organização própria e independente dos escravos. A investigação do historiador anda em sentido contrário, mostrando como a manutenção dos quadros familiares permitia aos escravizados a construção de uma rede própria de conhecimentos partilhados, que tinha como resultado a minoração da hegemonia senhorial. Incorporando a chave de análise, pode-se compreender que, enfim, a figuração da cria da casa carrega algo da perspectiva europeia. Quando invertemos, então, o polo da investigação sobre a representação dos escravizados e, nesse caso, da cria da casa, ao mesmo tempo, vemos a contrapelo o viés colonial das narrativas brasileiras.

Conforme proposto na análise de “O Caso da Vara”, a configuração do ponto de vista subsumido ao olhar branco e europeu é transformada em problema a partir da moldura da voz narrativa. Para o desfecho desse argumento, é preciso lembrar a situação do conto publicado na *Gazeta de Notícias* naquele domingo, em fevereiro de 1891. Ao encerrar a leitura do conto do sr. Machado de Assis, os leitores tinham diante de si, em plena república, os gritos e apelos fantasmagóricos de uma menina escravizada que ecoavam desde antes dos anos 1850. Ao que tudo indica, o drama que ali se desenrola continua inaudito e ignorado. Trata-se, portanto, de uma rememoração da cena em que o poder senhorial é descoberto em toda a sua hegemonia. O acento irônico reflete na posição de Lucrecia que, ao contrário da sua xará romana, não teve o sacrifício como gatilho para a diluição do Império. Muito pelo contrário, por aqui, a revolução se manteve por dentro da ordem (FERNANDES, 2020). No entanto, como tentei defender, há algo que escapa à totalidade da fatura do conto. E esse algo, salvo engano, refere-se ao espaço cifrado da representação da infância em relação às personagens escravizadas.

É ainda tempo para ainda mais algumas comparações. A obra de Machado não é refratária à infância e, por assim dizer, aos conflitos próprios a essa etapa da vida biológica e social. É interessante, nesse sentido, lembrar o conto “Uns Braços” (1885), em que se narra a experiência do desabrochar da maturidade sexual de Inácio. Na abertura da narrativa, Borges justifica o castigo físico sobre o rapaz devido às suas confusões no trabalho. Há algo nesse gesto discursivo que submete à infância a possibilidade da constrição física como algo educativo. Brás Cubas, que tem a infância garantida, aparece montando em Prudêncio, moleque da casa. Bento Santiago, em termos de publicação, contemporâneo à Lucrecia, também tem o seu direito à infância garantido, ainda que não se esquivasse aos conflitos que a perspectiva senhorial cristaliza.

Em todos os casos, diante de suas diferenças e aproximações, a categoria da infância carrega uma potencialidade e uma força reveladora acerca dos problemas investigados. No entanto, “O Caso da Vara” não deixa dúvida: existem corpos que são historicamente excluídos desse direito. Há, como tentei provar no estudo do conto em relação à posição da cria da casa, uma inscrição do genocídio no corpo de Lucrecia, na medida em que, dentro do panorama histórico, apresentam-se as linhas de organização do projeto de produção de mão de obra voltado ao processo de internalização do capital industrial. Esse movimento, conforme ensaiado, tem início no processo de marginalização do negro que começa do espaço da infância. Nesse sentido, ainda deve ser feito, em outro momento, a comparação de Lucrecia com outras personagens que figuram o local da cria da casa.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. A pré-revolução de 30. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 18, set. 1987, p. 17-21.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O caso da vara. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/2593. Acesso em: 4 jul. 2021.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. O caso da vara. In: MACHADO, Joaquim Maria Machado de. *Páginas recolhidas*. São Paulo: Globo, 1997, p. 3-10.
- BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correa do. *Debret e o Brasil: obra completa, 1816-1831*. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Autor como produtor. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 129-146.
- BERGAMINI, Atilio. *O narrador iludido: uma leitura das Memórias Póstumas de Brás Cubas*. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- BERGAMINI, Atilio. *Criação literária no outono do escravismo: Machado de Assis*. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (Biblioteca de filosofia e história das ciências, v. 5).
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- GOMES, Maurício dos Santos Gomes. O caso da vara: farsa e tragédia no alvorecer da república. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 10, n. 22, p. 115-125, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mael/a/WsCFYgD93JdJw8HBxrcCmdm/?lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (UCLA) (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: UCLA, 2018. p. 34-53.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.
- SANSEVERINO, Antonio Marcos. A presença de escravos em alguns contos de Machado de Assis. *Revista Práxis*, Novo Hamburgo, ano 15, v. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1660>. Acesso em: 4 jul. 2021.
- SANSEVERINO, Antonio Marcos. Esquisitas e desmioladas: o narrador, o adultério e a representação feminina no conto machadiano. *Revista Cerrados*, Brasília, DF, v. 26, n. 45, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/22748>. Acesso em: 4 jul. 2021.

SANTOS, Sofia Reck dos. O que assegura a “felicidade no lar”: uma análise da escravidão doméstica nos contos “História comum” e “D. Paula”, de Machado de Assis. Trabalho de Conclusão de Graduação (Licenciatura em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil sudeste, século XIX*. 2. ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.